

O PROBLEMA DO MÉTODO NAS CIÊNCIAS HUMANAS: o caso da Geografia

Prof. Dr. José Carlos Godoy Camargo
UNESP – Rio Claro (SP)
jcg@rc.unesp.br

Ms. Ivo Elesbão
UNESP – Rio Claro (SP)
ivo@unicruz.edu.br

RESUMO

Neste artigo procuramos fazer uma breve reflexão sobre o processo de constituição das Ciências Humanas ou Sociais, a questão metodológica que as envolvem e mais especificamente analisar o caso da Geografia.

Palavras chave: Ciência, Método, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Geografia.

ABSTRACT

In this paper we seek to make a brief reflection on the process of human sciences formation, the methodological issue that involves them and more specifically to analyze the case of Geography.

Key Words: Science, Method, Human Sciences, Natural Sciences, Geography

Introdução

Desde os primórdios da humanidade o homem vem tentando responder a questões tais como: O que é o conhecimento? Como o homem adquire o conhecimento? Há necessidade de um “método” para se adquirir o conhecimento? Nesse sentido, ao longo da História os filósofos têm elaborado explicações para estas questões.

Platão, filósofo grego, acreditava que o conhecimento estava no espírito, era inato e que para conhecer era preciso voltar-se para a contemplação do mundo espiritual. John Locke, empirista inglês do Século XVIII, acreditava que o conhecimento era exterior ao ser humano, sendo constituído à partir da experiência direta com os objetos, com a natureza e nas relações sociais. Dizia ele: “a mente só adquire idéias através da experiência”. Kant criticou o apriorismo de Platão e o empirismo de Locke, pois duvidava do conhecimento como sendo apenas empírico (à posteriori). Para Marx, o conhecimento não se constitui desvinculado da História dos homens, das relações sociais e do modo de produção.

Portanto, ao longo da História apareceram várias concepções do que seria o conhecimento e que acabaram influenciando os rumos da humanidade. Desta forma, o denominado conhecimento científico surgiu de investigações que buscavam esclarecer determinadas questões referentes à natureza, ao homem, à sociedade e ao mundo como um todo.

Nas ciências naturais o objeto de estudo é a própria natureza, uma realidade dada, exterior ao homem e o sujeito do conhecimento se põe fora dela para estudá-la. Já nas ciências humanas o objeto de estudo é o próprio homem, vivendo em sociedade, ou seja, o homem nas suas relações com os outros homens e com a própria natureza.

Diante disso fica evidenciado a diferença fundamental que há no estudo das ciências naturais e das ciências humanas, podendo se compreender então, a necessidade do desenvolvimento de “métodos” apropriados para cada uma delas.

A ciência (neo)positivista não reconhece as diferenças existentes entre esses dois grandes ramos do saber humano, tendo as ciências humanas que utilizar o mesmo “método” das ciências naturais. Se para as ciências da natureza o “método científico experimental” não é questionado (pois é o mais apropriado para o seu objeto), nas ciências humanas, à partir da década de 70, começou a haver toda uma discussão teórico-metodológica, quanto ao seu emprego e a sua validade.

Neste trabalho procuramos desenvolver uma breve reflexão sobre o processo de constituição das ciências humanas, a questão metodológica que as envolvem e mais especificamente analisar o caso da Geografia.

A Constituição das Ciências do Homem

Com o Renascimento (Século XVI) é valorizada a filosofia da consciência (da razão) e isso vai alterar as visões de homem e de mundo, pois os indivíduos começam a ter consciência de si mesmos e também da coletividade com a qual se relacionam. Com isso surgem novas disciplinas que visam melhor compreender o homem e a realidade onde vive, bem como suas relações com a natureza.

É nesse novo cenário renascentista que surgem as denominadas ciências humanas e que vão ser sistematizadas à partir do Século XIX. Como consequência tem-se a alteração na visão de homem e de mundo trazidas por essas novas idéias.

O pensamento de Descartes e dos racionalistas em geral, contribuíram para o rompimento com a metafísica medieval, que se baseava na concepção criacionista e religiosa do mundo e que impunha uma “ordem” e uma “verdade” que não podiam ser contestadas.

Também os empiristas no Século XVIII e a Filosofia Positivista de A. Comte no Século XIX, influenciaram fortemente a ciência moderna. As ciências naturais, sustentadas pelo “método experimental”, ganham força e se impõem como modelo de cientificidade, fundamentadas na observação e na experimentação, tendo a objetividade e a neutralidade como pressupostos básicos.

As ciências humanas que estavam se sistematizando, nessa época utilizam o mesmo método das ciências naturais (o “método científico”), pois, para os positivistas não existia diferença entre as ciências da natureza e as ciências do homem (unicidade do conhecimento).

Essa imposição do método (a “ditadura do método”, como dizia o filósofo de ciência P. Feyerabend) implicou no engessamento das ciências humanas, pois surgem dificuldades quando se quer aplicar o “método científico” nas ciências humanas. Isso decorre em função das especificidades próprias do objeto dessas ciências, mas não reconhecidas pelos neopositivistas.

Inicia-se assim, uma grande discussão epistemológica sobre a cientificidade ou não das ciências humanas. Essa discussão tem como princípio a dificuldade de reconhecê-las como verdadeiras ciências por três motivos principais: a) elas constituem um conjunto de discursos, o que amplia o seu campo de investigação; b) porque estes discursos, muitas vezes, são divergentes e estão atrelados à história e a constituição dessas disciplinas; c) por estarem inseridas num contexto histórico, político e ideológico, dificultando a objetividade e a neutralidade científica.

Chauí (2002, p. 271) coloca as principais objeções quanto à cientificidade das ciências humanas:

.A ciência lida com fatos observáveis, isto é, com seres e acontecimentos que, nas condições especiais de laboratório, são objetos de experimentação. Como observar-experimentar, por exemplo, a consciência humana individual, que seria objeto da psicologia? Ou uma sociedade, objeto da sociologia? Ou uma época passada, objeto da história?

.A ciência busca as leis objetivas gerais, universais e necessárias dos fatos. Como estabelecer leis objetivas para o que é essencialmente subjetivo, como o psiquismo humano? Como estabelecer leis universais para algo que é particular, como é o caso de uma sociedade humana? Como estabelecer leis necessárias para o que acontece uma única vez, como é o caso do acontecimento histórico?

.A ciência opera por análise (decomposição de um fato complexo em elementos simples) e síntese (recomposição do fato complexo por seleção dos elementos simples, distinguindo os essenciais dos acidentais). Como analisar e sintetizar o psiquismo humano, uma sociedade, um acontecimento histórico?

.A ciência lida com fatos regidos pela necessidade causal ou pelo princípio do determinismo

universal. O homem é dotado de razão, vontade e liberdade, é capaz de criar fins e valores, de escolher entre várias opções possíveis. Como dar uma explicação científica necessária àquilo que, por essência, é contingente, pois é livre e age por liberdade?

. A ciência lida com fatos objetivos, isto é, com os fenômenos, depois que foram purificados de todos os elementos subjetivos, de todas as qualidades sensíveis, de todas as opiniões e todos os sentimentos, de todos os dados afetivos e valorativos. Ora, o humano é justamente o subjetivo, o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo. Como transformá-lo em objetividade, sem destruir sua principal característica, a subjetividade?

Evidenciam-se assim as suas particularidades, o que acarreta uma série de dificuldades para se imporem como saber científico, quando comparadas com o rigor e a objetividade das ciências da natureza. Daí advém também a dificuldade de se querer empregar o “método científico” nas ciências humanas.

Segundo Gil (1999, p. 22) há autores que não incluem as ciências humanas no rol das “verdadeiras ciências”, apresentando as seguintes objeções:

- a. Os fenômenos não ocorrem de acordo com uma ordem semelhante a observada no universo físico, o que torna impossível a sua previsibilidade.
- b. As ciências humanas lidam com entidades que não são passíveis de quantificação, o que torna difícil a comunicação dos resultados obtidos em suas investigações.
- c. Os pesquisadores sociais, por serem humanos, trazem para suas investigações certas normas implícitas acerca do bem e do mal e do certo e do errado, prejudicando os resultados de suas pesquisas.
- d. A ciência se vale fundamentalmente do método experimental, que exige, entre outras coisas, o controle das variáveis que poderão interferir no fenômeno estudado. Os fenômenos sociais, por outro lado, envolvem uma variedade tão grande de fatores que tornam inviável, na maioria dos casos, a realização de uma pesquisa rigidamente experimental.

Mas o próprio Gil (1999, p. 22) apoiando-se em pesquisadores e estudiosos da Filosofia da Ciência, apresenta algumas considerações sobre as objeções levantadas, defendendo o caráter científico das ciências humanas. Diz ele:

- a. O determinismo absoluto das Ciências Naturais é hoje bastante questionado. Se aceito rigorosamente, disciplinas como a Genética não poderiam ser consideradas científicas, visto que muitas de suas explicações são de natureza probabilística. Assim, a diferença entre as Ciências Naturais e Sociais, no tocante às suas explicações, estará somente em que as últimas são mais probabilísticas que as primeiras;
- b. É impossível negar que o cientista social lida com variáveis de difícil quantificação. Também é difícil discordar da alegação de que o grande adiantamento de uma ciência pode ser determinado pela precisão de seus instrumentos de medida. Contudo, o problema da quantificação em Ciências Sociais, se analisado com a merecida profundidade, mostrar-se-á bem menos crítico do que aparenta. O que ocorre é que os fenômenos humanos não podem ser quantificados com o mesmo grau de precisão das Ciências Naturais. Mas, em boa parte, podem ser mensuradas com a aplicação de escalas menos sofisticadas. Embora esses níveis de medida sejam rudimentares, mostram-se suficientes para muitos dos propósitos perseguidos pelos cientistas sociais;
- c. Um dos grandes obstáculos com que se deparam as Ciências Sociais reside no fato de estar o pesquisador, de alguma forma, envolvido com os fenômenos que pretende investigar. Não há como deixar de admitir que os valores permeiam as pesquisas sociais, tornando-se muito difícil evitá-los. Mas isso não significa que seja impossível superar essa dificuldade;

d. É verdade que o experimento em investigações sociais é bem pouco utilizado, visto que, de modo geral, o cientista não possui o poder de introduzir modificações nos fenômenos que pretende pesquisar. Cabe, no entanto, indagar se de fato o experimento controlado é realmente indispensável para a obtenção de resultados cientificamente aceitáveis.

É preciso ficar claro que o objeto de estudo das ciências humanas é o próprio homem vivendo em sociedade, ou seja, é um objeto construído historicamente pelo ator social homem e está em constante estado de mudança e transformação. Desse modo ele difere-se do objeto das ciências naturais, pois a natureza é uma realidade dada, exterior ao homem, percebida pelos sentidos e experimentada nos laboratórios. Sobre esse assunto Dilthey apud Japiassu (1994, p. 18) coloca que:

A história nos ensina que elas nasceram e cresceram no meio da prática da vida, isto é, seu objeto não é uma natureza que permanece idêntica a si mesma, porque obedeceria a leis constantes, mas um conjunto de obras e de convenções que o homem criou antes de fazer delas objeto de ciência. O homem não criou a natureza, mas o mundo social. Por isso, as Ciências Humanas (do espírito) não formam um todo constituído segundo a lógica, um todo cuja estrutura seria análoga à nosso conhecimento da natureza.

As ciências humanas não visam o estudo do homem em sua totalidade, mas do homem, considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, históricos, etc. Essas ciências não aceitam métodos ou técnicas rígidas e rigorosas, nem receitas de aplicação imediata que garantam a obtenção de resultados objetivos e exatos.

O que mais importa é a interpretação da investigação, ou seja, não apenas os fatos por si só, mas a forma como se constituem esses fatos. O sujeito (o pesquisador) deve ser considerado no contexto no qual estes fatos ou fenômenos se apresentam, pois ele também faz parte do objeto que investiga.

Para que se possa interpretar, analisar, investigar nessa área do conhecimento, é necessário um suporte teórico que fundamente determinadas opções metodológicas, não podendo ser considerada apenas a aplicação de determinada técnica, pois isto não garantirá a obtenção de resultados válidos.

O Método nas Ciências Humanas

Conforme Bombassaro (1992) a Epistemologia como disciplina filosófica busca respostas para questões relacionadas à constituição do conhecimento científico. Assim, a Epistemologia acompanha a evolução e a trajetória desse conhecimento e é de grande importância o seu estudo para melhor poder compreendê-lo.

Historicamente pode se visualizar um determinado período em que era considerado “ciência” aquele conhecimento baseado na observação e na experimentação, objetivo e neutro, e que se utilizava de um “método” de investigação (visão positivista da ciência).

Mas este paradigma não respondeu favoravelmente às questões ligadas as ciências humanas pois desconsiderava a subjetividade e os aspectos históricos e sociais. Surge então um outro paradigma que busca interpretar o mundo, ou seja, o homem, dentro de sua história, de seu contexto sócio-político-econômico. Este paradigma emergente nos anos 70 é interpretativo e considera a subjetividade e o sujeito (o investigador) como produto desse conhecimento.

Assim vemos que as ciências humanas não podem se deixar julgar por “modelos” de cientificidade de outras ciências, pois possuem uma racionalidade e especificidades próprias, relativas ao ser humano.

Elas estudam o homem, suas relações com os outros homens e com o mundo, não se podendo então fazer uma análise epistemológica isenta de juízo de valor, pois todas as ciências são um produto humano tendo pressupostos ideológicos e políticos. A ciência não pode ser considerada “neutra”, pois está sempre envolvida em questões ideológicas e com escolhas metodológicas.

A partir do Século XVII, eminentes pensadores, tais como F. Bacon, R. Descartes, G. Galilei e tantos outros, se empenharam no desenvolvimento de um “método” que possibilitasse o conhecimento da natureza e fosse útil para todas as ciências. Esse método era baseado na observação sistemática dos

fatos, na experimentação e na indução, apoiado no rigor matemático. Com a aplicação do mesmo, estaria garantida a eficácia na investigação na busca da verdade.

Passou então a haver uma grande preocupação com o emprego do “método”, acreditando-se que com sua aplicação estaria garantida a validade das pesquisas. Essa preocupação levou os pesquisadores a desenvolver pesquisas voltadas para a obtenção de resultados práticos, objetivos e concretos e intimamente relacionados com o desenvolvimento de tecnologias.

Mas segundo Aranha e Martins (2001), apesar das ciências humanas terem sido sistematizadas no Século XIX, até hoje ainda enfrentam problemas para desenvolver um “método” próprio e eficiente para a compreensão do comportamento humano. Para esse autor e outros estudiosos do assunto, as principais dificuldades enfrentadas pelas ciências humanas são: a) a complexidade inerente a esses fenômenos; b) a dificuldade de simplificação (a análise); c) a questão da experimentação; d) a dificuldade de matematização; e) o problema da subjetividade e do determinismo (causalidade); g) a dificuldade do desenvolvimento de “lei”, como nas ciências naturais; h) a questão da ideologia e da neutralidade; i) o limitado poder de predição; e j) a relação “sujeito/objeto”.

Sobre a relação “sujeito/objeto” nas ciências humanas, Demo (1955, p. 30) nos mostra que:

Ao contexto do “objeto” da pesquisa pertence também o sujeito. Ciências Sociais são simplesmente o produto lógico e social da atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explica porque, embora todos procurem a mesma verdade, há tantas concepções diferentes e divergentes dela. Não é possível ver a realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida, porque não há vista sem ponto, nem partida sem ponto. Este ponto é do sujeito, não da realidade. A ciência somente seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e verse de fora.

Goldmann (1993) discute a questão da objetividade bem como do caráter total da atividade humana e da ligação indissolúvel entre história dos fatos econômicos e sociais e a história das idéias. Para o autor, as questões que envolvem os juízos de valor e as ideológicas são fundamentais para o estabelecimento de um “método” para as ciências humanas. Portanto, o elemento histórico é de fundamental importância para os estudos dos fatos humanos, não podendo ser desprezados.

Em 1923 foi fundado em Frankfurt, na Alemanha, o “Instituto de Pesquisas Sociais”, onde passaram a se reunir um grupo de intelectuais de inspiração marxista dos quais podemos destacar T. Adorno, M. Horkheimer, H. Marcuse, J. Habermas e outros. Esses pensadores procuraram desenvolver o que ficou conhecido como “Teoria Crítica” do conhecimento e da sociedade. Baseados na filosofia marxista e em suas raízes hegelianas, procuraram relacionar o marxismo com a tradição crítica moderna.

Fizeram uma análise crítica da moderna sociedade urbano-industrial e da ciência neopositivista, apontando para a racionalidade técnica e industrial dessa sociedade e que acabou transformando a arte e a cultura num objeto de consumo, bem como provocou a alienação dos indivíduos.

Marcondes (2002, p. 264) evidencia a preocupação dos frankfurtianos dizendo que:

Os filósofos de Frankfurt criticaram a concepção de ciência originária do positivismo lógico, postulando a necessidade de uma diferença radical entre a metodologia das ciências naturais e formais como a física e a matemática e a metodologia das ciências humanas e sociais, e questionando a adoção da lógica das ciências naturais como paradigma de cientificidade. A concepção da ciência natural e da técnica, visando ao controle dos processos naturais, levaria ao desenvolvimento de um saber instrumental em que o controle e a dominação – não só de processos naturais, mas também sociais – são os objetivos fundamentais, voltando-se para resultados práticos. As ciências humanas e sociais teriam, ao contrário, um propósito interpretativo, visando à compreensão da sociedade e da cultura e tendo um interesse emancipatório, isto é, possibilitando a libertação do homem da dominação técnica e sua realização enquanto ser social.

Para melhor explicitar as principais diferenças existentes entre a ciência neopositivista (empirismo lógico) e as ciências humanas ou sociais, apresentamos o quadro 1.

Quadro 1 – Comparação entre o Empirismo lógico e a Teoria Crítica

	EMPIRISMO LÓGICO	TEORIA CRÍTICA
Objetivos da Ciência	Desenvolvimento do conhecimento/formulação de teorias	Transformação da sociedade/emancipação do homem
Recorte	Molecular: os fenômenos complexos precisam ser decompostos em aspectos testáveis	Molar: os fenômenos só podem ser compreendidos se vistos como totalidades
Ciência e Sociedade	Produtos e processos da ciência são vistos como um sistema independente das relações sociais	Ciência e sociedade são vistos como um sistema global
Ênfase	No método: critérios metodológicos definem os problemas que podem ser pesquisados	No problema: a metodologia assume aspecto secundário
Objetividade	Buscada através de mecanismos de controle embutidos no design e no método crítico	Atacada como um mito que encobre estratégias de dominação
Relação Sujeito-Objeto	Sujeito e objeto são elementos independentes no processo de pesquisa	Sujeito e objeto são elementos integrados e co-participantes do processo
Neutralidade	Os valores do pesquisador não interferem no processo de pesquisa	O julgamento de valor é considerado parte essencial do processo.

Fonte: Alves-Mazzotti (2001, p. 118).

Na década de 60, também surgiram outras contestações que ficaram conhecidas como a “crise dos paradigmas”, em função do questionamento do filósofo da ciência T. Kuhn sobre a objetividade e a racionalidade da ciência e em função das críticas da Escola de Frankfurt.

Nos últimos anos vem ganhando força um novo paradigma denominado de “Qualitativo”, através da intensificação do uso de metodologias qualitativas e que são mais apropriadas para as ciências humanas. Segundo Minayo (2003), as pesquisas qualitativas respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significados intrínsecos ao ser humano, tais como “sentimentos”, “aspirações”, “crenças”, “valores”, “atitudes”, etc.

Ainda, segundo os filósofos da ciência, atualmente, três paradigmas são apresentados como sucessores do neopositivismo. São eles: o “Construtivismo Social”, influenciado pela fenomenologia e pelo relativismo, privilegiando a percepção dos atores; o “Pós-Positivismo”, um positivismo mais arejado e a “Teoria Crítica”, que enfatiza a análise das condições de regulação social, desigualdade e poder, baseado na filosofia marxista.

O Caso da Geografia

Ultimamente a Geografia vem sendo bombardeada por uma série de questionamentos a respeito de sua “cientificidade”, ou seja, se a Geografia é uma ciência, que tipo de ciência é a Geografia e qual o seu “método”. Isso tem obrigado os geógrafos da atualidade a se dedicarem aos estudos de Epistemologia, Filosofia da Ciência e Metodologia Científica, para tentar responder a essas questões.

Historicamente vemos que os geógrafos tradicionais não tiveram maiores preocupações em discutir ou explicitar as questões teórico-metodológicas da Geografia, atendo-se somente a desenvolver pesquisas mais pragmáticas, técnicas e úteis.

Na realidade essa fuga da discussão das questões teórico-metodológicas estava relacionada a uma série de problemas epistemológicos próprios da Geografia e que eram muito mais complexos do que se imaginava.

A Geografia é uma ciência que tem uma longa história e desde os seus primórdios ela se preocupou em compreender como o homem (vivendo em sociedade) organiza, transforma ou produz o espaço (a natureza, a superfície terrestre) onde vive. Desse modo ela acabou se envolvendo com as duas grandes áreas do conhecimento humano, ou seja, passou a incorporar um conjunto de disciplinas diretamente relacionadas às ciências naturais (Geografia Física) e um conjunto de disciplinas ligadas às denominadas ciências humanas ou sociais (Geografia Humana).

Surge então um grande dilema para os geógrafos. Como classificar a Geografia perante as outras

ciências? Seria ela uma ciência natural ou uma ciência humana? E isso refletia diretamente na questão do método. Qual seria o método da Geografia?

Paul Vidal de La Blache entendia a Geografia como sendo uma ciência natural. Dizia ele: “no grupo das Ciências Naturais, ao qual sem nenhuma dúvida se integra, ela possui um lugar à parte” (LA BLACHE, 1982, p. 37). Mas se a Geografia era uma ciência natural, vinha logo em seguida a seguinte questão: e a Geografia Humana, onde fica?

Para agravar ainda mais esse problema, desenvolveu-se na época, uma crença mais ou menos generalizada de que a Geografia Física sim, era realmente uma ciência, mas a Geografia Humana não. Isso complicava mais a situação da Geografia, pois como pode uma parte ser ciência e a outra não. Era pura contradição.

Esse envolvimento dicotômico trouxe como consequência dificuldades para se definir exatamente o que era a Geografia, qual o seu objeto de estudo e qual o seu método. Assim, durante todo o desenvolvimento da história da Geografia, vemos que muitas definições foram formuladas, discutidas ou descartadas, na tentativa de melhor esclarecer o seu verdadeiro objeto.

Mas as dificuldades eram enormes e os geógrafos tinham consciência disso, tentando de toda as formas superá-las. H. Baulig (1948), geógrafo tradicional francês, procurou focar esse problema em um artigo intitulado “La géographie est-elle une science?”. Após extensa explanação a respeito do conteúdo da Geografia e ao encontrar dificuldade para afirmar se a Geografia era realmente uma verdadeira ciência, conclui dizendo:

E agora, retornamos à questão inicial: a Geografia é uma ciência? Não, certamente, no sentido ordinário da palavra; quando muito um conjunto de ciências bem diferentes, munidas cada uma de seus métodos próprios e, por conseguinte, de sua autonomia (BAULIG, 1982, p. 69).

Não podemos esquecer que a Geografia Tradicional francesa (desenvolvida por La Blache e seus discípulos no final do Século XIX) acabou espalhando-se pelo mundo e tornou-se a Geografia oficial de quase todos os países até a década de 60.

Os geógrafos dessa corrente desenvolviam uma geografia empírica e descritiva, baseada principalmente na observação das paisagens, através do trabalho de campo. Delimitava-se uma determinada área da superfície terrestre (a região geográfica) e passava-se a descrevê-la em sua totalidade, procurando abarcar os aspectos físicos, humanos e econômicos, resultando nas famosas “Monografias Regionais”, que foram a mola mestra da Geografia Regional francesa.

De certa forma, os geógrafos, sem saber ao certo, utilizavam-se do “método científico” (o método das ciências naturais), mas ao enfocarem a distribuição dos fenômenos areais/espaciais, não conseguiam desenvolver todos os passos lógicos desse método (como por exemplo, levantar uma hipótese, fazer a experimentação, utilizar a indução e generalizar os resultados a fim de se poder chegar a “leis” e “teorias”) ficando apenas na observação e na descrição dos fenômenos.

“A Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva”, dizia La Blache (1982, p. 45). Portanto, na Geografia Tradicional francesa o “método” estava “implícito” mas não “explícito”, o que acabava dificultando o seu entendimento como uma verdadeira ciência.

Como o geógrafo tradicional queria “ver” e “compreender” o “todo”, isto é, o conjunto dos fenômenos físicos, humanos e econômicos num determinado espaço (a região geográfica) e em função da dificuldade de dominar todo o conhecimento exigido para tanto, os geógrafos passaram a falar que a Geografia era uma “ciência de síntese”, pois ela fazia a “síntese” (uma espécie de resumo) de todos os conhecimentos já adquiridos.

Desse modo os geógrafos tradicionais acreditavam que a sua ciência e a sua maneira de trabalhar era “única” e “exclusiva” e que a Geografia era uma ciência singular, diferente das outras, possuindo métodos próprios de trabalho.

Mas logo após o término da 2ª Guerra Mundial, ocorreram grandes transformações políticas, sociais e econômicas e que acabaram influenciando diretamente na sociedade, na organização territorial e no

desenvolvimento científico/tecnológico. O mundo já não era mais o mesmo e as transformações foram muito rápidas, tanto no espaço como no tempo.

A Geografia Tradicional francesa, empírica e descritiva, já não mais servia para explicitar a nova realidade mundial, fortemente influenciada pelo modo de produção capitalista. O desenvolvimento da ciência moderna também colocou à disposição dos pesquisadores um aparato técnico/científico altamente refinado e que precisava ser utilizado (novas teorias científicas, avanço nas técnicas matemático/estatísticas, possantes computadores, sensoriamento remoto, etc.).

A Física (ciência natural/experimental), em função de seu grande avanço científico/tecnológico, passou a ser considerada o “modelo de ciência” e todas as outras deveriam seguir esse modelo se quisessem ser reconhecidas como ciências (visão neopositivista da ciência). As ciências humanas ou sociais acabaram também seguindo esse modelo, resultando no que ficou conhecido como “reduccionismo”.

Na década de 50/60, principalmente nos países anglo-saxônicos, alguns geógrafos mais progressistas passaram a empregar o “método científico” (experimental) na Geografia, com o intuito de transformá-la numa verdadeira ciência, nos moldes da ciência neopositivista (“cientismo”). Nasceu assim a denominada “Geografia Quantitativa”, pois os geógrafos passaram a empregar maciçamente técnicas matemático/estatísticas na Geografia.

Os geógrafos neopositivistas procuraram por em prática os ditames do “método científico”, ou seja, levantar e testar hipótese, fazer a experimentação, generalizar os dados e chegar a leis e teorias. A procura de “leis” e “teorias” era de fundamental importância para que a Geografia pudesse ser reconhecida como uma verdadeira ciência. Newman (1976), mostra que na década de 70, o termo “hipótese” passa a ter grande popularidade entre os geógrafos e vários pesquisadores o empregam em seus trabalhos.

Por outro lado, ao tentarem empregar o método científico na Geografia, os geógrafos começam a se deparar com uma série de problemas de difícil solução. Hay (1985) faz uma análise desses problemas e que passamos a comentar.

Em primeiro lugar, o autor, chama a atenção para o fato de existirem quatro tipos de pensamento a respeito dessa questão. Existe um grupo de geógrafos, principalmente na área da Geografia Física, que aceitam o método científico como sendo um método próprio para a Geografia. Outro grupo, principalmente formado por geógrafos humanos, aceita em parte este método, embora reconheçam que sua aplicação pode trazer uma série de problemas. Um terceiro grupo, também de geógrafos humanos, reconhecendo a Geografia como uma ciência social acham que esse método não é o mais apropriado. Já um quarto grupo, diretamente ligado à corrente geográfica denominada “Geografia Crítica ou Radical” evidenciam que o método mais apropriado para a Geografia, como ciência social, é o “Método Dialético”, de orientação marxista.

Em segundo lugar, o autor citado, diz que na prática ao empregar o “método científico” na Geografia afloravam inúmeros problemas inerentes à própria Geografia e que dificultavam a sua aplicação. Os principais eram os seguintes:

- Dificuldade de entender a Geografia como uma ciência única, sendo complexa por natureza, pois historicamente sempre foi dividida em Geografia Física (ligada às ciências naturais) e Geografia Humanas (ligada às ciências humanas ou sociais);
- Os fenômenos geográficos também são complexos em suas causas e em suas características. Exemplificando vemos que um simples livro de “Geografia dos Solos”, de “Biogeografia” ou de “Geografia Agrária” acaba exigindo um grande número de conhecimentos gerais relacionados às disciplinas afins;
- Durante muitos anos os geógrafos tradicionais trabalharam com um objeto de estudo único (a região geográfica), dificultando estudo genéricos o que acabou impedindo a formulação de “leis” e “teorias”, sendo a Geografia considerada uma ciência “Idiográfica”;
- Também houve grandes dificuldades ao se querer empregar a “Indução” para se chegar às generalizações, sendo este um dos mais importantes passos lógicos do método científico;

- Como a Geografia é considerada uma ciência que se preocupa com a distribuição dos fenômenos no espaço ficava difícil fazer a “experimentação”, pois geralmente trabalhamos em escalas regionais, ou seja, com bacias hidrográficas, áreas urbanas, planejamentos territoriais, massas de ar, classes de relevo, etc;

- Quando se queria empregar esse método nas pesquisas ligadas a Geografia Humana a coisa se complicava mais ainda, pois como já foi evidenciado, este método não é o mais apropriado para este tipo de estudo.

Todos estes problemas dificultavam o seu emprego na Geografia e muitos geógrafos passaram a criticar veementemente a Geografia Quantitativa, procurando caminhos alternativos.

Amparados pela “crise dos paradigmas” e pelas críticas da Escola de Frankfurt, muitos geógrafos passaram a entender a Geografia como sendo uma ciência social, buscando métodos mais apropriados para os seus estudos.

Em consequência dos graves problemas sociais e ambientais que emergiram na década de 60/70, se desenvolveu, tanto nos EUA como na França, uma nova corrente de pensamento dentro da Geografia e que passou a ser denominada de “Geografia Crítica ou Radical”.

Essa nova corrente se posicionava como “crítica” em relação aos geógrafos tradicionais e neopositivistas, por adotarem métodos mais eficientes e apropriados para as ciências naturais e físico/matemáticas e por apregoarem a neutralidade científica. Passam a se preocupar agora, com as injustiças sociais e com os problemas político-ideológicos, propondo uma Geografia militante e que lute por uma sociedade mais justa e humana.

Embasados na filosofia marxista adotam o “Método Dialético” (desenvolvido por Marx e Engels em meados do Século XIX), pois esse é um método histórico e que dá melhores resultados quando empregado para se compreender e interpretar os problemas sociais, entendendo a realidade e o espaço geográfico como concretos e produzidos pelo próprio homem.

Este método tem por base as contradições da sociedade e essas contradições são os fundamentos para as mudanças e transformações sociais, daí a história da sociedade ser comandada pelos conflitos de interesses entre as classes sociais.

Ao empregarem o “Método Dialético” na Geografia, os geógrafos dessa corrente começaram a se preocupar com outros tipos de problemas tais como: o modo de produção, a formação sócio/econômica, as transformações e contradições, o conceito de essência e aparência dos fenômenos, visão da totalidade, necessidade de um bom conhecimento de História e de Política e desenvolvimento de uma consciência crítica.

Uma outra corrente geográfica alternativa surgiu nos EUA na década de 70, ficando conhecida pelo nome de “Geografia Humanística ou da Percepção Ambiental”. Esta nova corrente teve por base os estudos de Yi-Fu Tuan, mais voltados para a Psicologia, procurando compreender as relações afetivas ou sentimentais de indivíduos ou de grupos sociais em relação ao espaço (lugar) onde viviam.

Estes estudos são baseados numa outra perspectiva de análise do espaço geográfico, ou seja, levam em consideração a visão de mundo, a experiência de vida, os aspectos mais subjetivos das pessoas, procurando evidenciar as suas emoções, os seus sentimentos, desejos ou fobias em relação ao lugar (espaço) onde vivem. Como enfoca aspectos intimamente relacionados aos seres humanos, advém daí o nome de “Geografia Humanística”.

O método utilizado pelos geógrafos dessa corrente é o denominado “método fenomenológico”. A Fenomenologia surgiu no final do Século XIX com F. Brentano, mas os seus principais conceitos foram desenvolvidos por E. Husserl.

Filósofos importantes tais como Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty também deram significativas contribuições para esse movimento filosófico. Assim vemos que:

A fenomenologia preocupa-se em analisar os aspectos essenciais dos objetos da consciência, através da supressão de todos os preconceitos que um indivíduo possa ter sobre a natureza dos objetos, como os

provenientes das perspectivas científica, naturalista e do senso comum. Preocupando-se em verificar a apreensão das essências, pela percepção e intuição das pessoas, a fenomenologia utiliza como fundamental a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. Desta maneira, contrapõe-se às observações de base empírica, pois não se interessa pelo objeto nem pelo sujeito (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22).

O postulado fundamental da Fenomenologia é o conceito de “intencionalidade”, pois todo problema de consciência é intencional, não existindo uma consciência pura, separada do mundo real. Assim podemos entender que toda consciência é consciência de alguma coisa.

A Fenomenologia se contrapõe à filosofia neopositivista e propõe uma maior humanização da ciência, valorizando o “sujeito” do conhecimento e se preocupando em estudar os fenômenos da consciência humana. Portanto, ela é uma metodologia muito mais subjetiva, pois procura enfocar a experiência vivida e adquirida pelos indivíduos.

Ao empregar o “Método Fenomenológico” na Geografia, os geógrafos humanistas se preocupam com o seguinte:

A Geografia Humanística procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão do mundo, que se expressa através das suas atitudes e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona. Nessa perspectiva, os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de “humanística”, pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos (Entrikin, 1976, apud CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22).

Finalizando podemos dizer que para a Geografia Humanística os conceitos de “Espaço” e de “Lugar” passam a ser os mais importantes e fundamentais. Christofolletti evidencia muito bem esses conceitos dizendo:

Na fenomenologia existencial o espaço é concebido como espaço presente, diferente do espaço representativo da geometria e da ciência. Para a perspectiva científica o espaço é algo dimensional que se expressa por uma representação. Para o fenomenólogo o espaço é um contexto, experienciado com sendo de certa espessura, em oposição aos pontos adimensionais do espaço mensurável. A espessura do espaço é vista na concepção do “aqui”, que é um sistema de relações com outros lugares, semelhante à espessura dos conceitos temporais, tais como “agora”, que envolve aspectos do passado, presente e futuro.

O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o “centro de significância ou um foco de ação emocional do homem”. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22).

Considerações Finais

No desenvolvimento histórico do conhecimento científico as denominadas ciências humanas ou sociais sempre foram ciências imitativas das ciências naturais, ou seja, empregavam o mesmo método e almejaram alcançar a mesma objetividade e o mesmo rigor científico.

A filosofia (neo)positivista ao valorizar e enaltecer as ciências naturais e seu método de análise (o “método científico”), desenvolveu um “modelo” de ciência que deveria ser seguido por qualquer conhecimento que desejasse ser reconhecido como científico.

Os neopositivistas adotavam a “unicidade científica” e não reconheciam as diferenças entre as ciências naturais e humanas. Acreditavam na existência de um único método de investigação, o qual deveria ser empregado por todas as ciências. Daí P. Feyerabend falar em “ditadura do método”, ou seja, a imposição de um único método para todo o conhecimento científico.

Mas as ciências humanas tendo como objeto de estudo o ser humano (o homem vivendo em sociedade) em função da natureza intrínseca e própria desse ser (ser racional pensante, político por natureza, dotado de livre-arbítrio e capacidade de decisão) estão envoltas numa série de particularidades e especificidades próprias desse objeto. Daí a dificuldade de se imporem como ciência, quando comparadas com as ciências da natureza.

Muitos filósofos da ciência não aceitam as ciências humanas como verdadeiras ciências, procurando evidenciar e demarcar exatamente as principais diferenças existentes entre elas. Sobre esse assunto, Feijó (2003, p. 98) nos diz que:

Popper acreditava que a demarcação é necessária simplesmente porque as ciências sociais encontram-se, avalia ele, ainda na etapa pré-científica, caracterizada pela ausência de consensos, de definições claras e de técnicas analíticas eficazes amplamente aceitas.

Na tentativa de se imporem no cenário científico e superar as críticas existentes (pré-ciências, não ciências, etc.), os cientistas humanos partem para a busca de novos paradigmas. A partir da década de 60/70, amparados pela “crise dos paradigmas” e pela doutrina da Escola de Frankfurt, rompem com a ciência neopositivista, buscando métodos alternativos e mais apropriados ao seu objeto de estudo.

A Geografia, entendida atualmente como sendo uma ciência social, também teve uma série de problemas para ser considerada como ciência e explicitar qual era o seu método.

Considerada pelos geógrafos tradicionais como sendo uma ciência natural, empregava o mesmo método daquelas ciências. Mas em função das dificuldades epistemológicas encontradas acabou ficando apenas na observação e descrição dos fenômenos geográficos, não conseguindo atingir um maior rigor científico. Ficou então caracterizada como sendo puramente “descritiva”, “ideográfica” e “sintética”, acreditando os geógrafos ser ela uma ciência singular e com métodos próprios de análise.

As profundas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, provocadas pela imposição do modo de produção capitalista, atingiram diretamente a sociedade, o meio ambiente e as ciências em geral. Isso obrigou os cientistas a repensarem os conceitos e se adaptarem as novas tecnologias e teorias modernizantes.

Muitos geógrafos decepcionados com a Geografia Tradicional francesa, empírica e descritiva, que defasada de um arsenal teórico-metodológico, não mais conseguia explicar a realidade em mudança, também partem à procura de novos paradigmas.

Os geógrafos denominados de quantitativos (Geografia Quantitativa), na ânsia de tornarem a Geografia uma verdadeira ciência, nos moldes na ciência neopositivista, utilizam o “método científico” (próprio das ciências naturais) procurando desenvolver todos os seus passos lógicos a fim de poderem formular “leis” e “teorias” na Geografia.

Já os geógrafos da corrente denominada de “Geografia Crítica ou Radical”, considerando a Geografia como uma ciência social, vão buscar embasamento teórico na filosofia marxista e empregam o “Método Dialético” na Geografia, entendendo que esse método é o mais apropriado para compreender os problemas da sociedade.

Procurando uma maior humanização da Geografia os geógrafos da corrente “Humanística ou da Percepção”, vão buscar na fenomenologia um método mais apropriado para captar os fenômenos da consciência humana, passando a trabalhar com valores subjetivos e próprios do ser humano, tais como sentimentos, emoções, desejos, fobias, etc. Valorizam também a visão de mundo e a experiência de vida de indivíduos e de grupos sociais em relação ao lugar (espaço) onde vivem.

Finalizando podemos dizer que a Geografia é hoje considerada uma ciência social, pertencendo ao rol das ciências humanas e sociais e que ainda está em busca de sua identidade. A utilização de métodos alternativos vem atestar esse procedimento e deve ser vista como salutar para essa ciência, pois, as ciências humanas de modo geral, estão tentando se firmarem como ciências independentes, não mais aceitando as amarras do positivismo.

Considerando que elas se preocupam em interpretar e compreender as relações e os fenômenos

humanos (subjetivos e difíceis de serem mensurados), é óbvio que não devam se enquadrar na crença da existência de um “único método”, pois o seu objeto permite a flexibilização com relação ao emprego de métodos alternativos.

Bibliografia

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas Ciências Sociais. In.: ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWINDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando – Introdução à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

BAULIG, H. La Géographie est-elle une Science? Paris: **Annales de Géographie**, 57, (305), p. 1-11, 1948.

BAULIG, H. A Geografia é uma Ciência? In.: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 59-70.

BOMBASSARO, L. C. **As Fronteiras da Epistemologia: como se constrói o conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In.: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 11-36.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FEIJÓ, R. **Metodologia e Filosofia da Ciência** (Aplicação da teoria social e estudo de caso). São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia (O que é a Sociologia?)**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HAY, A. Scientific Method in Geography. In.: JOHNSTON, R. J. (Editor) **The Future of Geography**. II Philosophy and Methodology. Cap. 6, p. 129-142. Methuen Co. Ltd., 1985.

JAPIASSU, H. **Introdução às Ciências Humanas**. São Paulo: Letras & Letras, 1994.

LA BLACHE, P. V. As características próprias da Geografia. In.: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.

MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In.: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NEWMAN, J. L. A utilização do termo hipótese na Geografia. Rio de Janeiro: **Boletim Geográfico**, v. 34, n. 251, p. 82-89, out/dez de 1976.

Trabalho enviado em agosto de 2004

Trabalho aceito em dezembro de 2004